

ABREU, Limpo de

*min. Ind. Viação e Obras Públ. 1892-1893.

Antônio Paulino Limpo de Abreu Filho nasceu no dia 23 de abril de 1829 na cidade do Rio de Janeiro, filho de Antônio Paulino Limpo de Abreu e de Ana Luísa Carneiro de Mendonça. De origem portuguesa, seu pai foi o visconde de Abaeté, personalidade política de grande prestígio no Império, deputado geral e senador por Minas Gerais, cinco vezes ministro dos Negócios Estrangeiros, duas vezes ministro da Fazenda, quatro vezes ministro da Justiça e do Império e presidente do Senado de 1861 a 1873. Seu irmão Henrique Limpo de Abreu foi deputado geral por Minas Gerais de 1864 a 1866, fundador dos jornais *Opinião Liberal* e *Correio Nacional* e signatário do Manifesto Republicano de 1870.

Alistou-se no Exército em 1847 e estudou engenharia na Escola Militar da Corte. Promovido a alferes-aluno em 1849, marchou com as tropas brasileiras que participaram da intervenção militar no Uruguai em 1851, em apoio ao governo colorado. Primeiro-tenente em abril de 1852, concluiu o curso de engenharia provavelmente em 1854. Membro do Imperial Corpo de Engenheiros, alcançou o posto de capitão em dezembro de 1858. Colocado à disposição do Ministério do Império em 1860 e do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 1863, desligou-se do Exército por volta de 1865.

A exemplo de seu irmão Henrique, subscreveu o Manifesto Republicano de 1870, documento publicado no Rio de Janeiro pelos organizadores da primeira agremiação republicana do país. Àquela altura, era suplente de vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e tinha um escritório de engenharia e arquitetura na cidade, segundo o *Almanaque Laemmert*.

Em 1872, trabalhou como inspetor de tráfego da Estrada de Ferro Dom Pedro II, antecessora da Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1873, tornou-se inspetor da iluminação a gás no Rio de Janeiro, serviço então contratado com a empresa inglesa Rio de Janeiro Gas Company Limited. Iniciou a fiscalização da iluminação a gás para particulares, ampliando o escopo de atuação da inspetoria, que vinha cuidando apenas da fiscalização

dos serviços de iluminação pública. Em 1874, integrou a comissão do governo que tentou negociar novo contrato com a companhia inglesa, propondo a prorrogação do prazo de concessão e, em contrapartida, o aumento da intensidade da luz e a redução dos preços. As negociações não foram bem-sucedidas. Após fracassada concorrência para contratação de outra empresa, o governo imperial acabou renovando o contrato com a companhia inglesa, em caráter provisório. Em março de 1879, deixou a Inspetoria Geral de Iluminação a Gás da Corte. No ano seguinte, foi um dos engenheiros convocados para estudar o acidente ocorrido no reservatório de Pedregulho, o maior do sistema de abastecimento d'água do Rio de Janeiro, inaugurado pelo imperador em maio de 1880.

Residente em Niterói, apoiou a campanha republicana na capital fluminense e a organização do Partido Republicano do Rio de Janeiro. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, a partir de julho de 1890, no governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca, voltou a chefiar a inspetoria dos serviços de iluminação do Rio de Janeiro, que haviam passado à responsabilidade da empresa belga Société Anonyme du Gaz por contrato celebrado em 1886 com o governo imperial. Considerando exorbitante o preço do gás praticado na capital federal, em relatório oficial não poupou críticas aos serviços da concessionária estrangeira. Negociou o acordo de revisão do contrato com Société, firmado em maio de 1892, no período de governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Além de mudanças em cláusulas técnicas, o acordo definiu que o preço do gás seria fixado anualmente em condições menos onerosas para o poder público e os consumidores particulares.

Em 17 de dezembro de 1892, por designa  o de Floriano Peixoto, assumiu o Ministério da Indústria, Via  o e Obras Públicas, ocupando o lugar do engenheiro e político paraense Inocêncio Serzedelo Correia, transferido para a pasta da Fazenda na mesma ocasião. Foi o segundo titular da pasta, criada em substitui  o ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com base na Lei n   23, de outubro de 1891, e no Decreto n   1.142, de novembro de 1892. Permaneceu no ministério apenas quatro meses, já que em abril de 1893 pediu exonera  o, deixando governo junto com os ministros Custódio de Melo

(Marinha) e Serzedelo Correia (Fazenda) em meio à crise provocada pela Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Seu substituto foi o engenheiro paulista Antônio Francisco de Paula Sousa, que vinha respondendo pela pasta das Relações Exteriores.

Faleceu em Niterói em 15 de fevereiro de 1904.

Foi casado com Luísa Helena do Céu, com quem teve duas filhas.

Paulo Brandi Cachapuz

Fontes:

ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Relatório* (1891); *Assentamentos* (Pasta I-19-57); CARVALHO, J. *Nação*; *Governo presidencial*; LAEMMERT, E. *Almanak* (1852 (p. 52), 1863 (p. 274), 1864 (p. 280), 1870 (p. 492 e Notabilidades), 1873 (p. 355); LAHMEYER, E.; LEVY, M. *Estudos*; MAGALHÃES, B. *Visconde*; *Manifesto*; PIRES, A. *Homens*; SINIMBU, J. *Relatório* (1877, 1878); SOUZA, A. *Relatório* (1892).